

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2014

A Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, é uma instituição financeira de desenvolvimento organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O Estado do Paraná é o principal acionista. O capital social autorizado da instituição é de R\$ 2 bilhões.

A criação da Fomento Paraná está prevista na Lei Estadual nº 11.741/1997 e a autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). A empresa é submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A instituição atua em sintonia com as políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento local e regional e à inovação e procura estimular a ampliação da base produtiva no Paraná.

Por meio de um modelo de crédito produtivo orientado, a Fomento Paraná oferece linhas de financiamento de baixo custo para apoiar iniciativas de empreendedores de micro, pequeno e médio porte, da indústria, do comércio, do setor de serviços ou da agricultura, em todas as regiões do estado.

A Fomento Paraná também é responsável pela gestão de linhas de financiamento que dão suporte a políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos municípios paranaenses, financiando obras de infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, modernização administrativa, programas de gestão de resíduos sólidos, entre outros fins.

A instituição é responsável ainda pela gestão de fundos públicos estaduais específicos, como o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR) e o Fundo de Aval Rural (FAR) e pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado.

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

I DESTAQUES DO PERÍODO

O primeiro semestre de 2014 foi marcado por avanços na melhoria dos processos de gestão da Fomento Paraná, que tem permitido à empresa superar a cada período marcas históricas no financiamento aos empreendedores e aos municípios paranaenses.

- Em janeiro de 2014 o Governo do Estado sancionou a Lei Estadual 17.906/2014, que deu nova redação e atualizou a Lei nº 11.741/1997, que instituiu a Agência de Fomento do Paraná. A nova lei ampliou as opções para atuação desta instituição financeira nas modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.828/2001) e pelo Banco Central do Brasil, incluída a administração de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

- Destacamos o cumprimento do compromisso do acionista majoritário de promover a recomposição do capital social da instituição, que havia sido reduzido por custo de oportunidade, em R\$ 150 milhões, em dezembro de 2013. Durante a 103ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 25 de junho de 2014, foi aprovada proposta de aumento do capital social no valor de R\$ 150 milhões. Após análise em Assembleia Geral Extraordinária, o capital social passará de R\$ 1.026.572.000,00 para R\$ 1.176.572.000,00. Também foi aprovada, em abril de 2014, uma proposta de aumento do capital social da instituição no montante de R\$ 14 milhões referente a juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no 1º trimestre de 2014.

- A Fomento Paraná foi uma das responsáveis pelo sucesso do projeto Copa do Mundo da Fifa – Brasil 2014 em Curitiba. Por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), a instituição intermediou o repasse de um financiamento do BNDES e fez outras três operações para assegurar a execução das obras de reforma e ampliação do estádio Joaquim Américo Guimarães - Arena da Baixada. Acompanhado por auditoria externa independente, o processo de financiamento assegurou que o estádio fosse concluído e entregue à Fifa tendo um dos menores custos unitários por assento entre as 12 arenas usadas no mundial.

- A Fomento Paraná teve sua classificação de risco (*rating*) mantida pela agência internacional Fitch Ratings, que no período anterior classificou a instituição no patamar de "grau de investimento", equivalente à classificação dos grandes bancos privados nacionais.

- Em prosseguimento ao plano de metas estabelecido no planejamento estratégico e pactuado a partir do contrato de gestão, a instituição preencheu todas as vagas abertas no concurso público realizado em 2013. Foi implantado o novo modelo de Gestão de Desempenho, baseado nas competências necessárias ao desenvolvimento institucional e foi iniciada a implantação de um Escritório de Projetos, em um novo espaço alocado exclusivamente para este propósito.

- Atendendo ao propósito do Governo do Estado de auxiliar na recuperação da infraestrutura e da atividade econômica nos municípios atingidos por fortes chuvas no início de junho, a Fomento Paraná estruturou linhas de crédito especiais. A linha FDE-Recupera disponibiliza capital de giro com taxas e prazos de pagamento diferenciados para apoiar microempreendedores dos municípios nos quais foi decretado o estado de emergência ou calamidade pública.

- A Fomento Paraná foi credenciada pela Finep – Inovação e Pesquisa, empresa pública do Ministério da Ciência e Tecnologia, para operar recursos do programa Inovacred, para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico e assinou o primeiro contrato de financiamento, para um projeto de uma empresa do sudoeste do estado.

- Foi criada também a linha Mulher Empreendedora, que disponibiliza crédito com taxas, prazos e condições adequadas para apoiar a abertura ou ampliação de negócios formais ou informais, de micro, pequeno e médio porte, liderados por mulheres.

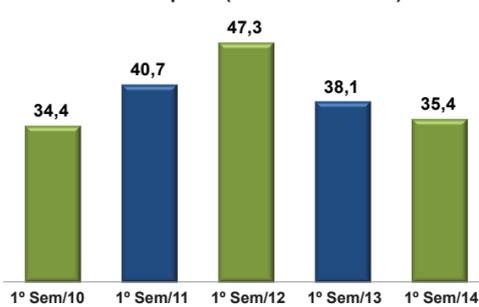
- Com o objetivo de avaliar o grau de conhecimento da população paranaense a respeito da Fomento Paraná, foi elaborada e aplicada uma pesquisa de mercado, buscando identificar o público-alvo e avaliar a concorrência — de acordo com o perfil socioeconômico e localização espacial — a fim de subsidiar decisões gerenciais e estratégias de comunicação.

- O Governo do Estado delegou à Fomento Paraná, por meio de lei, a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR), um importante instrumento para a viabilização da implantação das PPPs no estado. A estruturação desse fundo está sendo feita em parceria com as secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda. O FGP dará suporte a grandes projetos de infraestrutura, como a duplicação de rodovias estaduais.

II DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido acumulado no 1º semestre de 2014 alcançou o montante de R\$ 35,4 milhões, o que representa uma redução de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado pelo aumento de 25% das despesas administrativas e de pessoal. Estas despesas estão relacionadas aos esforços da instituição para ampliar o volume de negócios para atender aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte de todas as regiões do estado. E para isso foi necessário estruturar e ampliar o quadro de pessoal, adequar as instalações e desenvolver campanhas para divulgar a marca e as linhas de crédito.

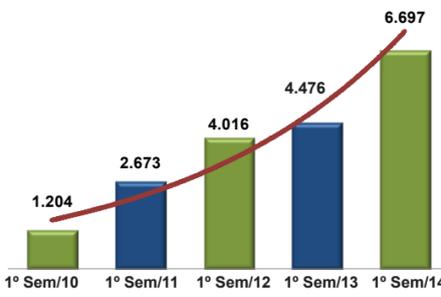
Lucro Líquido (Milhões de Reais)



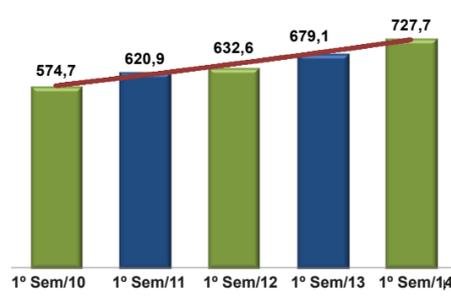
O resultado desta estratégia pode ser medido pelo crescimento do número de contratos firmados com empreendedores ao longo dos últimos semestres. Houve um crescimento de 66,7% em relação ao primeiro semestre de 2012, quando essas alterações estruturais ainda não estavam implementadas.

Da mesma forma vem crescendo consistentemente a carteira de crédito total da instituição, que passou de R\$ 679,1 milhões, registrados no primeiro semestre de 2013, para R\$ 727,7 milhões em junho de 2014, o que representa um aumento de 7,1%. Comparando-se o avanço da carteira de crédito em um período mais longo, em relação ao primeiro semestre de 2012, por exemplo, verifica-se que o aumento da carteira total da Fomento Paraná foi de 26,6% em quatro anos.

Número de Contratos Ativos Setor Privado



Carteira de Crédito Total (Milhões de Reais)



Mesmo com essa evolução operacional no setor privado, a receita associada a essas operações de crédito não gera resultados econômicos significativos no curto prazo para a instituição. Esses resultados são esperados a médio prazo, quando do retorno dessa carteira. Devemos considerar ainda que a Fomento Paraná, atendendo sua missão como instituição financeira de desenvolvimento, opera com taxas de juros reduzidas, comparativamente ao mercado financeiro, o que resulta em baixo *spread* nas operações. Associado a esse fator, as taxas médias aplicadas nas operações de crédito — setor público e privado — apresentaram redução no período, o que em menor escala também afetou a evolução das receitas.

Salientamos que o aumento de despesas foi compensado em parte pelo crescimento de 16% das receitas obtidas por meio de aplicações financeiras, que foram beneficiadas neste período pelo considerável aumento das taxas de juros às quais essas aplicações estão vinculadas — SELIC (42%) e CDI (44%).

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.206,3 milhões em junho de 2014. O valor representa uma redução de 9,7% em comparação ao ano anterior e decorre principalmente da descapitalização, ocorrida no segundo semestre de 2013, no valor de R\$ 150 milhões. Esse efeito será revertido pela capitalização já autorizada pelo Governo do Estado.

Os ativos totais da Fomento Paraná apresentaram saldo de R\$ 1.294,2 milhões em junho de 2014. Destes total, 43,4% são representados pela carteira de títulos e valores mobiliários (totalmente lastreada em títulos públicos federais), e 55,7% pela carteira de crédito, que está composta por operações do setor público (83,4%) e setor privado (16,6%). Os demais ativos representam apenas 0,9%.

O coeficiente de adequação de capital apurado em junho de 2014 foi de 50,6%. Esse índice está em patamar confortável em relação ao mínimo exigido pelo BACEN, que é de 11%, e acima da média apresentada por instituições congêneres, que é de 31,5%, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

III PROGRAMAS DE CRÉDITO

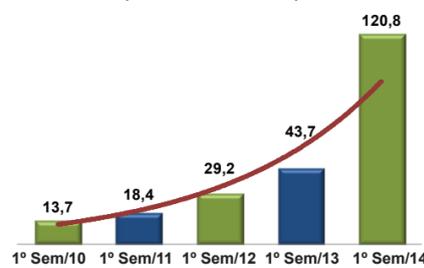
a. Banco do Empreendedor

Como instituição financeira de desenvolvimento, a Fomento Paraná tem dirigido atenção especial aos empreendimentos informais e aos empreendedores de micro, pequeno e médio porte, buscando ampliar a oferta de crédito, por meio de uma política de expansão apoiada em captações de recursos em instituições nacionais e internacionais e a partir da atividade de intermediação de operações de crédito.

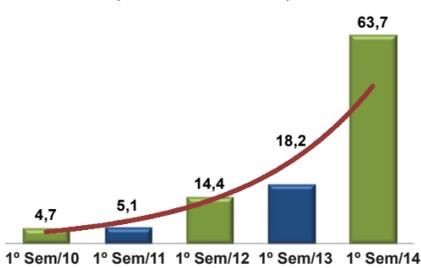
Ao longo de 2014 foram liberados R\$ 63,7 milhões em recursos para empreendedores privados, valor 250% superior aos R\$ 18,2 milhões liberados em igual período de 2013.

Com isso, a carteira de crédito do setor privado chegou ao patamar de R\$ 120,8 milhões em 30 de junho de 2014. Esse valor representa um aumento de 177% em relação ao primeiro semestre de 2013 em recursos destinados a apoiar empreendedores de micro, pequeno e médio porte, da indústria, do comércio e do setor de serviços. Representa também um novo patamar histórico para a instituição, que agora tem 16,6% da carteira de crédito voltada ao setor privado.

Carteira de Crédito - Setor Privado (Milhões de Reais)



Liberações de Recursos Setor Privado (Milhões de Reais)



Em apenas um semestre foram firmados 1.899 contratos com empreendedores privados, resultando num total de 6.697 contratos ativos neste segmento em junho de 2014 — 18% a mais do que no semestre anterior e 49,6% a mais que em igual período de 2013.

Considerando-se o conjunto de operações com o setor privado, estas se destinaram a atender principalmente empresas do setor de comércio (32,2%), pessoas físicas (4,8%), indústria (29,0%) e outros serviços (34,0%).

Na carteira total do setor privado, a concentração de recursos concedidos aos dez maiores clientes passou de 15,7% em 2013 para 21,7% em 2014. Destaca-se que o total de parcelas vencidas e consideradas em atraso (acima de 90 dias) representa apenas 0,4% da carteira total do setor privado, somando R\$ 436 mil.

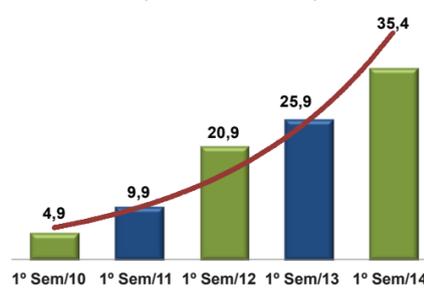
Microcrédito

O microcrédito, como política de democratização do acesso ao crédito, está disponível em todo o território paranaense e funciona como instrumento para estimular pequenos negócios que movimentem a economia local e proporcionem a expansão da base produtiva e a partir disso gerem emprego e renda. O objetivo é oferecer crédito orientado e de baixo custo para apoiar principalmente pequenos empreendedores, que em geral são excluídos do sistema financeiro tradicional. As fontes de recursos para o microcrédito são em parte de recursos próprios e também de repasse do BNDES.

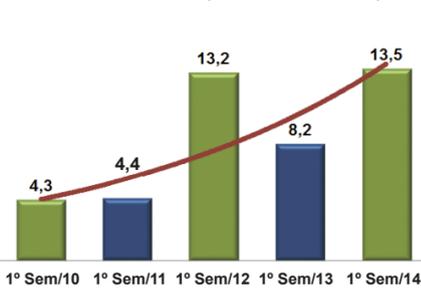
O acesso a essa linha se dá principalmente por meio de uma ampla rede de agentes de crédito formada por funcionários e colaboradores de entidades conveniadas. São secretarias de Estado, prefeituras, agências do trabalhador, federações e associações comerciais, sindicatos patronais, cooperativas de crédito, sociedades de garantia de crédito e conselhos de profissionais autônomos.

A expansão da rede de agentes de crédito ativos proporcionou crescimento significativo na carteira de microcrédito, que atingiu a soma de R\$ 35,4 milhões em junho de 2014.

Carteira de Crédito - Microcrédito (Milhões de Reais)

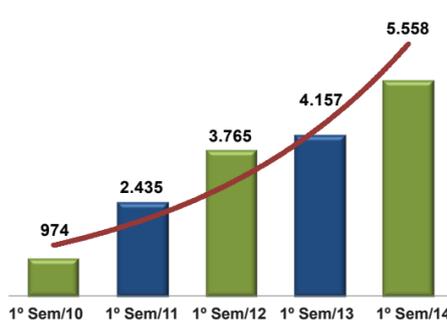


Liberações de Recursos Microcrédito (Milhões de Reais)



As liberações de recursos para o microcrédito somaram R\$ 13,5 milhões no semestre, o que representa a formalização de 1.392 contratos em valores de até R\$ 15 mil, resultando num total de 5.558 contratos ativos em 30 de junho de 2014.

Número de Contratos Ativos Microcrédito



Taxistas

Uma das linhas de crédito de maior destaque no período de janeiro a junho de 2014 foi a linha Banco do Empreendedor – Taxistas. Impulsionada pela liberação de quase 700 novas placas de táxi para novos permissionários no município de Curitiba, a linha teve 412 contratos assinados em 2014, que representam R\$ 14,2 milhões em recursos liberados. Esta linha disponibiliza valores entre R\$ 3 mil e R\$ 50 mil para financiar a aquisição de veículos novos para serviços de táxi; a adaptação do veículo para atender pessoas com dificuldade de mobilidade; ou ainda a conversão do motor para uso de Gás Natural Veicular (GNV), atendendo a um critério de sustentabilidade ambiental.

b. Repasses de Recursos do BNDES

A Fomento Paraná também operacionaliza o repasse de recursos oriundos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para apoio e financiamento de projetos de maior porte do setor privado, em valores de até R\$ 10 milhões. Isso é feito por meio da intermediação das linhas BNDES Automático e Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES /PSI), além de outros programas relacionados à missão da instituição, como o microcrédito.

Os recursos captados para repasse do BNDES/FINAME totalizaram um saldo de R\$ 43 milhões, no semestre, o que representa um avanço de 114,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

c. Financiamento aos Municípios

Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e o Serviço Social Autônomo Paranaense, no primeiro semestre a Fomento Paraná contratou financiamentos para atender aos municípios que somam R\$ 143 milhões, nas linhas SFM e Promap, para obras de infraestrutura e equipamentos urbanos, e para renovação do maquinário e dos equipamentos rodoviários das prefeituras.

Os maiores beneficiados foram os pequenos municípios, com população até 20 mil habitantes, que contrataram 42% desses recursos. Os municípios na faixa de 20 mil a 100 mil habitantes contrataram 34% dos recursos. Os 23% restantes foram contratados por cidades com mais de 100 mil habitantes.

As liberações de recursos dessas linhas nesse período somaram R\$ 83,3 milhões. A carteira de crédito voltada ao financiamento do setor público encerrou o primeiro semestre de 2014 com o montante de R\$ 606,9 milhões. Destaca-se que esta carteira apresenta inadimplência zero.

Ainda no âmbito dessas operações do setor público, está sendo consolidada a linha FGTS-PróTransporte, que utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A parceria entre a Caixa Econômica Federal/FGTS e a Fomento Paraná prevê a aplicação de até R\$ 150 milhões em financiamento de obras de mobilidade. O primeiro contrato nesta linha está com obras em andamento, em Quatro Barras, na região metropolitana de Curitiba, e outros cinco contratos estão em fase de análise. O FGTS disponibilizou também um limite de até R\$ 50 milhões para operações de financiamento na linha Pró-Saneamento, para operações na área de saneamento ambiental.

Avançaram também as tratativas com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para uma linha de financiamento destinada ao apoio a políticas públicas de gestão de resíduos sólidos nos municípios. Entre estas políticas está o programa Paraná Sem Lixões, criado pelo Governo do Estado para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que determina o fim dos lixões a céu aberto até agosto de 2014. Em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o Instituto Ambiental do Paraná, o Instituto das Águas do Paraná, a Companhia Paranaense de Saneamento, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e o Paranaense, a Fomento Paraná acolheu e encaminhou à AFD, em Paris, um conjunto de solicitações de recursos que somam R\$ 127 milhões para elaboração e execução de projetos por meio dessa linha.

A Fomento Paraná trabalha ainda em projetos-piloto para estruturar duas novas linhas de financiamento com recursos do BNDES. Estão em análise operações pelo Programa para Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) e pelo Programa de Intervenções Viárias (PRÓ-VIAS).

EMERGÊNCIA — Atendendo a um apelo provocado pela situação de emergência ou calamidade pública decretada em mais de uma centena de municípios paranaenses, que foram afetados pelo excesso de chuva, no início de junho, a Fomento Paraná colocou recursos à disposição dos municípios, para apoiar na recuperação da infraestrutura e dos bens públicos.

Os três municípios mais afetados pelas chuvas — União da Vitória, Guarapuava e Rio Negro - terão acesso a créditos através do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), com juro zero e prazo de carência de seis meses. Para os demais municípios em estado de emergência ou calamidade pública e que possuem operações ativas com a Fomento Paraná, será concedida, mediante solicitação, a possibilidade de uma moratória (dilação de prazo) de até 6 (seis) meses para retomar os pagamentos dos financiamentos, para que os recursos possam ser aplicados na recuperação das cidades.

IV PARCERIAS

A Fomento Paraná desenvolve uma estratégia para expansão de suas ações por meio de parcerias com entidades do setor produtivo e do setor público, para levar as linhas de crédito do Banco do Empreendedor a todas as regiões do estado. Seguindo essa estratégia, no primeiro semestre de 2014 foram assinados 107 novos acordos de cooperação técnica com municípios e segmentos da sociedade civil organizada em todo o Paraná.

Essas parcerias com segmentos empresariais, prefeituras e secretarias de estado proporcionaram a formação de uma rede que já possui 542 agentes de crédito atuando em 400 postos de atendimento em 296 municípios do Paraná. Todos foram capacitados em cursos ministrados por meio de uma plataforma exclusiva de ensino à distância.

Ao longo do ano foram concluídas duas turmas do curso de formação de agentes de crédito. Além disso, foram feitas capacitações específicas na Fomento Paraná para agentes das cidades de Morretes, Guaira, Campo do Tenente, Nova Aurora e Santa Maria do Oeste.

Destacamos ainda uma parceria com a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná – Fiacip para implantação do Programa Bom Negócio Paraná na modalidade à distância (EAD). O objetivo é ampliar a oferta de crédito com baixíssimo risco, pois o empreendedor melhor capacitado estrutura e faz uma melhor gestão de seus negócios, aumentando sua competitividade. A iniciativa deve capacitar 12 mil empreendedores no estado.

Dando continuidade à parceria com as secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, para execução do Programa Bom Negócio Paraná, para capacitação em gestão empresarial, em 2014

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2014

também foi implantada a modalidade EAD. Agora, além da capacitação presencial, as universidades estaduais passaram a oferecer a capacitação gerencial por meio de EAD, com o objetivo de proporcionar maior agilidade e atingir todas as cidades do estado. No primeiro semestre foram abertas três turmas na modalidade à distância.

Empreendedores que participam dos cursos do Bom Negócio Paraná, asseguram uma redução na taxa de juros das linhas do programa Banco do Empreendedor. A mesma vantagem é oferecida aos empreendedores que participam de cursos de capacitação gerencial fornecidos pelas entidades parceiras que firmam convênios com a Fomento Paraná.

Para dar conta dessa estratégia, a Unidade Móvel da Fomento Paraná é deslocada para apoiar ações em diversos municípios, para divulgar nossos produtos em feiras, exposições e outros eventos promocionais. As equipes de Mercado e de Relações Institucionais são envolvidas nessas ações promovendo dezenas de palestras e apresentações para públicos diversos para promover nossas linhas de crédito.

A Fomento Paraná também está padronizando os espaços do Banco do Empreendedor nos municípios onde a parceria está formalizada. Neste semestre foram revitalizados os espaços de Cornélio Procópio, Matelândia e Medianeira.

V RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E GESTÃO DE FUNDOS

Além de estruturar e operar financiamentos, a Fomento Paraná atua na gestão operacional e financeira do Fundo de Aval Rural (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná (FGP/PR). Também é responsável pela gestão e cobrança da carteira de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, oriundos do processo de monetização do Banco do Estado do Paraná – Banestado.

a. Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR e Seguro Rural

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR). Esse fundo foi instituído pela Lei Estadual 14.431/2004 para prover recursos financeiros para garantir o risco das operações de financiamento contratadas com agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF junto à rede bancária conveniada.

Participam deste convênio o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Governo do Paraná, por meio da Fomento Paraná, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Neste semestre, foram destinados com este fim R\$ 1 milhão, valor que permitirá a alavancagem de até R\$ 10 milhões em financiamentos para apoiar agricultores familiares.

No período em análise, a Fomento Paraná e a SEAB também firmaram contratos com diversas seguradoras para dar suporte ao Programa de Seguro Rural para a agricultura familiar. Essa ação deve beneficiar mais de dois mil agricultores. Foram utilizados recursos do FDE, para subvencionar a taxa de prêmio de seguro de 29 culturas cultivadas no Paraná — anteriormente apenas duas culturas eram subvencionadas.

De cada R\$ 1.000,00 que o produtor gastar para fazer o seguro de uma lavoura, poderá receber até R\$ 600,00 em subvenção do governo federal. Dos R\$ 400,00 restantes, o produtor poderá receber 50% em subvenção do Governo do Paraná, devendo pagar apenas R\$ 200,00 de prêmio de sua apólice de seguro para a lavoura.

b. Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE

A Fomento Paraná é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que é destinado a apoiar o desenvolvimento socioeconômico do Paraná mediante apoio financeiro às empresas, através de operações especiais de crédito e de participações societárias. O fundo é utilizado também para concessão de subvenção econômica nos programas Trator, Implementos e Equipamentos Solidários, na modalidade de equivalência em produtos; de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras (PROMAP II); e Banco do Empreendedor, nas linhas Micro e Pequena Empresa e Taxistas, na modalidade equalização de taxas de juros.

Por meio do FDE, a Fomento Paraná realizou a estruturação financeira da operação para viabilizar o financiamento para as obras de modernização do Estádio Joaquim Américo, pertencente ao Clube Atlético Paranaense, para o projeto Copa do Mundo da Fifa – Brasil 2014 em Curitiba. Para acompanhar essa operação, a Fomento Paraná contratou, por meio de licitação, os serviços da PriceWaterhouseCoopers, para fazer a auditoria física e financeira das obras. Os repasses para o empreendimento em 2014 somaram R\$ 110,7 milhões.

O FDE também foi utilizado para estruturar a linha de crédito FDE-Recupera. Esta linha foi criada para disponibilizar recursos para apoiar a recuperação da atividade econômica nos municípios nos quais foi decretado o estado de emergência ou calamidade pública, por causa das chuvas ocorridas no estado no início de junho, de acordo com os decretos estaduais nº 11.301, 11.303 e 11.334/2014.

A linha oferece capital de giro com taxas e prazos de pagamento diferenciados para atender principalmente os microempreendedores dessas áreas.

Também provê os recursos de subvenção necessários para equalização de taxas de juros para atender aos municípios de Guarapuava, Rio Negro e União da Vitória, que foram os mais afetados, e que por isso terão acesso a financiamentos pelo Sistema de Financiamento aos Municípios com juros zero.

Em 2014, a área de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos, responsável pela cobrança de ativos e bens, relatou a recuperação de R\$ 4,7 milhões em recebimentos de créditos do FDE.

c. Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM

O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), instituído pelo Governo do Estado em 2012, tem a finalidade de prover recursos financeiros à Fomento Paraná para promover a redução das taxas de juros ao percentual máximo de 5,1 pontos percentuais ao ano, aplicados às operações de microcrédito, que apresentam taxas que variam entre 6,6% a 8% ao ano. O objetivo com isso é democratizar e socializar o acesso ao crédito e aumentar a competitividade das atividades econômicas desenvolvidas por microempreendedores do Estado.

Este fundo também garante o suporte, por meio da equalização de taxas de juros, à linha de crédito Paraná Juro Zero, lançada em 2013, e que proporciona um impulso às atividades empreendedoras, configurando uma alternativa de renda e empreendedorismo para famílias atendidas pelo programa Família Paranaense, coordenado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Em 2014 foram utilizados R\$ 36 mil deste fundo para equalizar operações de microcrédito. Em 30 de junho de 2014 o valor disponível no FEM para equalizações era de R\$ 3,2 milhões.

d. Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados “Ativos do Estado”, originários da operação de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde 28/03/2001.

Em 2014, a área de Recuperação de Ativos e Gestão de Fundos, responsável pela cobrança de ativos e bens, relatou a recuperação de R\$ 29,7 milhões em “Ativos do Estado”.

VI PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS

A Fomento Paraná adotou o conceito de gestão por resultados, a partir do planejamento estratégico definido em 2011, e estabeleceu um contrato de gestão, pactuando um conjunto de objetivos e metas em aderência ao Plano de Metas do Governo do Paraná para o período 2011-2014.

Seguindo essa estratégia, a instituição vem promovendo um esforço permanente de estruturação, com o objetivo de reforçar o papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento econômico e social no Paraná e ampliar o apoio aos empreendimentos de micro, pequeno e médio porte no estado, bem como aos municípios. Nessa linha de ação, seguimos o conceito de “Se você precisa, a gente financia”.

Para isso vem sendo feito um grande esforço para qualificação e ampliação do quadro funcional, com implantação de um novo plano de cargos e salários e realização de concurso público. Foi renovado e ampliado o parque de tecnologia da informação, e as instalações físicas ganharam novos espaços e mobiliário. Diversas parcerias foram firmadas para otimizar processos e o uso dos recursos e assim ampliar o acesso ao crédito de baixo custo por empreendedores de todas as regiões do estado.

Focada na missão estratégica de “promover o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense”, a instituição obteve sua classificação de risco e vem trabalhando na busca de novas fontes e novos modelos de financiamento, para que os municípios e o Estado possam promover obras para atrair novos empreendimentos e melhorar a renda e a qualidade de vida dos paranaenses.

Chegamos ao fim do primeiro semestre de 2014 seguros do sucesso desse planejamento sustentado por boas práticas de governança corporativa, de pessoas e de logística, e que é fortalecido pelo sólido relacionamento com o acionista majoritário, com o mercado, com instituições parceiras e com instituições assemelhadas do Sistema Nacional de Fomento.

O caminho à frente é longo, mas os resultados alcançados não deixam dúvidas do rumo a ser seguido por colaboradores e pelo quadro diretivo da instituição no sentido de ter uma participação cada vez maior no desenvolvimento econômico e social do Paraná.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO			
	2014	2013		2014	2013
Circulante	757.293	873.220	Circulante	26.315	38.334
Disponibilidades	29	39	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	3.477	2.031
Títulos e valores mobiliários (Nota 3d e 5)	561.383	692.072	BNDES	3.040	225
Carteira própria	561.383	688.648	CEF	-	1.709
Vinculados à prestação de garantias	-	3.424	FINAME	437	97
Operações de crédito	192.025	175.440	Outras obrigações (Nota 10)	22.838	36.303
Operações de crédito (Nota 3e e 6)	194.868	177.793	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	35	9
Setor público	156.756	159.945	Sociais e estatutárias	14.821	30.005
Setor privado	38.112	17.848	Fiscais e previdenciárias	2.195	2.003
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6d e 6e)	(2.843)	(2.353)	Diversas	5.787	4.286
Outros créditos	3.691	5.370	Exigível a longo prazo	61.597	38.510
Rendas a receber	3.172	726	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 3k e 9)	39.536	22.394
Diversos (Nota 7)	519	4.644	BNDES	33.807	19.221
Outros valores e bens	165	299	CEF	-	2.659
Realizável a longo prazo	535.775	538.465	FINAME	5.729	514
Títulos e valores mobiliários (Nota 3d e 5)	-	34.131	Outras obrigações (Nota 10)	22.061	16.116
Carteira própria	-	28.804	Fiscais e previdenciárias	11.304	8.426
Vinculados à prestação de garantias	-	5.327	Diversas	10.757	7.690
Operações de crédito	529.437	498.380	Patrimônio líquido (Nota 13)	1.206.302	1.336.115
Operações de crédito (Nota 3e e 6)	532.912	501.329	Capital		
Setor público	450.186	475.518	De domiciliados no país	1.011.742	1.161.742
Setor privado	82.726	25.811	Aumento de capital	14.830	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6d e 6e)	(3.475)	(2.949)	Reservas de capital	4	3
Outros créditos	6.338	5.954	Reservas de lucros	179.726	174.370
Diversos (Nota 7)	6.338	5.954	Total do passivo	1.294.214	1.412.959
Permanente (Nota 3h e 8)	1.146	1.274			
Investimentos	2	2			
Outros investimentos	2	2			
Imobilizado de uso	1.111	1.235			
Outras imobilizações de uso	2.163	2.390			
(-) Depreciações acumuladas	(1.052)	(1.155)			
Intangível	33	37			
Ativos intangíveis	51	45			
(-) Amortizações acumuladas	(18)	(8)			
Diferido	-	-			
Gastos de organização e expansão	257	257			
(-) Amortizações acumuladas	(257)	(257)			
Total do ativo	1.294.214	1.412.959			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2014	2013
Receita da intermediação financeira	64.959	61.043
Operações de crédito (Nota 3e)	36.876	36.804
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 3d)	28.083	24.239
Despesas da intermediação financeira	(2.345)	(1.815)
Operações de empréstimos e repasses	(1.119)	(791)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3f, 6d e 6e)	(1.226)	(1.024)
Resultado bruto da intermediação financeira	62.614	59.228
Outras receitas/despesas operacionais	(23.117)	(17.017)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	3.172	2.245
Despesas de pessoal (Nota 15)	(11.412)	(8.602)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(11.537)	(9.755)
Despesas tributárias (Nota 17)	(3.304)	(3.096)
Outras receitas operacionais (Nota 18)	1.167	2.978
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(1.203)	(787)
Resultado operacional	39.497	42.211
Resultado não operacional	(3)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	39.494	42.211
Imposto de renda e contribuição social (Nota 3l e 12)	(4.073)	(4.128)
Provisão para imposto de renda	(2.546)	(2.577)
Provisão para contribuição social	(1.527)	(1.551)
Lucro líquido do semestre	35.421	38.083
Juros sobre o capital próprio (Nota 13c)	(29.642)	(30.006)
Número de ações	1.026.572	1.161.742
Lucro líquido por ação do capital social - (em R\$)	34,50	32,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	%	2013	%
Receitas	67.001		64.535	
Intermediação financeira	64.959		61.043	
Prestação de serviços	3.172		2.245	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.226)		(1.024)	
Outras	96		2.271	
Despesas da intermediação financeira	(1.119)		(791)	
Insumos adquiridos de terceiros	(11.297)		(9.521)	
Materiais, energia e outros	(78)		(64)	
Serviços de terceiros	(6.008)		(4.925)	
Outras	(5.211)		(4.532)	
Comunicação	(81)		(66)	
Publicações, propaganda e publicidade	(2.738)		(2.775)	
Serviços do sistema financeiro	(94)		(77)	
Processamento de dados	(908)		(795)	
Outras	(1.390)		(819)	
Valor adicionado bruto	54.585		54.223	
Depreciações e amortizações	(144)		(107)	
Valor adicionado a distribuir	54.441		54.116	
Distribuição do valor adicionado	54.441	100%	54.116	100%
Pessoal	9.843	18,08%	7.438	13,74%
Remunerações e honorários	8.226		6.290	
Benefícios e treinamento	1.144		798	
FGTS	473		350	
Impostos, taxas e contribuições	9.018	16,57%	8.456	15,63%
Federais	8.855		8.340	
Estadual	1		1	
Municipais	162		115	
Remuneração de capitais de terceiros	159	0,29%	139	0,26%
Aluguéis	159		139	
Remuneração de capitais próprios	35.421	65,06%	38.083	70,37%
Juros sobre o capital próprio	29.642		30.006	
Lucros retidos	5.779		8.077	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
Saldos em 01 de janeiro de 2013	1.159.697	-	2	38.857	127.436	-	1.325.992
Aumento de capital							
- Com subscrição de ações no país	-	2.046	-	-	-	-	2.046
- Incorporação ao capital homologado BACEN	2.045	(2.045)	-	-	-	-	-
Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.083	38.083
Destinações							
- Reservas	-	-	-	1.904	6.173	(8.077)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(5.761)	(5.761)
- Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(24.245)	(24.245)
Saldos em 30 de junho de 2013	1.161.742	-	3	40.761	133.609	-	1.336.115
Mutações do semestre	2.045	-	1	1.904	6.173	-	10.123
Saldos em 01 de janeiro de 2014	1.011.742	-	3	42.485	131.462	-	1.185.692

Aumento de capital (Nota 13b)							
- Subscrição de ações no país	-	14.831	-	-	-	-	14.831

Outros eventos							
- Ágio na subscrição de ações	-	(1)	1	-	-	-	-

Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	35.421	35.421
---------------------------	---	---	---	---	---	--------	--------

Destinações (Nota 13c)							
- Reservas	-	-	-	1.771	4.008	(5.779)	-
- Juros sobre o capital próprio - limite estatutário	-	-	-	-	-	(5.601)	(5.601)
- Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(24.041)	(24.041)

Saldos em 30 de junho de 2014	1.011.742	14.830	4	44.256	135.470	-	1.206.302
Mutações do semestre	-	14.830	1	1.771	4.008	-	20.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	35.421	38.083
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	144	107
Doação de bens do imobilizado	3	-
Constituição de provisão para operações de crédito	1.226	1.024
Constituição de provisão para contingências	672	417
Reversão de provisão para riscos fiscais	(233)	(1.524)
Reversão de outras provisões	(4)	(162)
Lucro líquido ajustado	37.229	37.945
Redução (aumento) de ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	33.292	20.083
Operações de crédito	(54.841)	7.763
Outros créditos	(2.005)	5.896
Outros valores e bens	(75)	(226)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Outras obrigações	733	(530)
Provisão para IRPJ e CSLL	74	775
Impostos e contribuições a recolher	12	(53)
Obrigações por repasses do país (Nota 9)	8.920	2.672
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.339	74.325
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(131)	(470)
Aplicações no intangível	(3)	(3)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(134)	(473)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	23.205	73.852
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (Nota 4)	495.438	578.831
Caixa e equivalentes de caixa ao final do semestre (Nota 4)	518.643	652.683
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	23.205	73.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fomento Paraná - Agência de Fomento do Paraná S.A. é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741 de 19/06/97 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.828 de 30/03/01 e respectivas alterações. O objeto social é apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associado a projetos no Estado, podendo praticar operações de repasse de recursos captados no País e no exterior originários de:

- (a) Fundos e programas oficiais;
(b) Orçamentos federal, estaduais e municipais;
(c) Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento;
(d) Captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças - DIM.

Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em reunião da Diretoria em 12 de agosto de 2014.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa 11.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF, dentre as quais se destacam:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem o saldo de disponibilidades e títulos e valores mobiliários com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

c. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Eventos como: provisões para riscos fiscais, contingências e créditos de liquidação duvidosa incluem certas estimativas e os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua avaliação. A Fomento Paraná revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d. Títulos e valores mobiliários

Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução nº 3.834/10 do CMN, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto, constituiu fundos de renda fixa sob a forma de condomínio aberto destinados a investidores restritos (Fomento Paraná, Fundo de Aval Rural (FAR), Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM) e "Ativos do Estado"), sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e aplica também num fundo de curto prazo constituído sob a forma de condomínio aberto gerido pelo Banco Itaú S.A., conforme demonstrado na nota explicativa 5.

Os fundos de investimento restrito e aberto são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível na CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data.

Às agências de fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

e. Operações de crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixadas, e líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização ("rendimentos") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, seguindo as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00 e Cartas-Circulares BACEN nº 2.899/00 e 2.903/00. Para as operações com saldo inferior a R\$ 50 a provisão é constituída tendo por base o nível de atraso dos contratos. A Fomento Paraná adota a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do art. 4º da Resolução nº 2.682/99.

Em face da característica do crédito concedido e da baixa inadimplência da carteira, a Fomento Paraná optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99.

g. Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros, consequentemente, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado observando o regime de competência.

h. Ativo permanente

A contabilização no ativo permanente é feita pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, observando as taxas anuais mencionadas na nota explicativa 8.

Os gastos com benfeitorias em bens de terceiros estão sendo amortizados de acordo com os prazos dos respectivos contratos de locação.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Ao final de cada exercício, a Fomento Paraná avalia esses ativos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

j. Provisões para passivos contingentes e riscos fiscais

Os passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução do CMN nº 3.823/09. A provisão é feita com base na opinião do departamento jurídico da instituição, conforme divulgado na nota explicativa 11.

k. Atualização monetária de obrigações

As obrigações estão atualizadas até a data do balanço e seu reflexo reconhecido no resultado do semestre. .

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A instituição está sujeita ao Regime de Tributação pelo Lucro Real e reconhece a provisão para imposto de renda, mensalmente pelo regime de competência, à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano, enquanto que a contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 15%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Fomento Paraná opta pelo pagamento do imposto de renda e da contribuição social com base na estimativa da receita e recolhe mensalmente esses valores a título de antecipação do efetivamente devido no ajuste anual. As antecipações pagas por estimativa são registradas em conta redutora da provisão para impostos e contribuições sobre lucros, conforme previsto no art. 5º da Circular BACEN nº 2.353/93. Os impostos passíveis de compensação estão demonstrados no ativo circulante de acordo com a previsão de sua realização.

m. Juros sobre o capital próprio

Conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", não afetando o lucro líquido do semestre, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

	Jun/2014	Jun/2013
Disponibilidades	29	39
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	518.614	652.644
Total caixa e equivalentes de caixa	518.643	652.683

⁽¹⁾ A composição dos fundos de investimentos está descrita na nota explicativa 5.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a.Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação	Jun/2014	Jun/2013
---------------	----------	----------

I - Livres

Títulos públicos federais - LFT-A ⁽¹⁾	23.792	64.808
Fundo de investimento de curto prazo - aberto	349	623
Fundos de investimento de renda fixa - restritos ⁽²⁾	537.242	652.021

Subtotal	561.383	717.452
-----------------	----------------	----------------

II - Vinculados à prestação de garantias

Fundos de investimento de renda fixa - restritos ⁽³⁾	-	8.751
---	---	-------

Subtotal	-	8.751
-----------------	----------	--------------

Total	561.383	726.203
--------------	----------------	----------------

<i>Circulante</i>	<i>561.383</i>	<i>692.072</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>-</i>	<i>34.131</i>

⁽¹⁾ O montante de R\$ 23.792 (R\$ 64.808 em jun/2013) se compõem de 99.900 LFT-A emitidas em 02/12/99 com vencimento em 01/12/14, avaliadas de acordo com o preço unitário constante na "Tabela de Preços para Lastro de Títulos Públicos Federais (Res. BACEN 550)" divulgado pela AMBIMA. Os títulos estão sendo resgatados em 180 parcelas mensais e consecutivas.

⁽²⁾ Os fundos de investimento de renda fixa restritos recebem além dos recursos da Fomento Paraná, recursos dos fundos estaduais e da carteira de "Ativos do Estado" sob sua gestão, sendo compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo.

O montante correspondente à Fomento Paraná aplicado nos fundos restritos, em 30 de junho de 2014, é de R\$ 537.242, que equivale as seguintes participações no patrimônio dos fundos:

Administradores	Patrimônio líquido do fundo	Recursos da Fomento Paraná	% Participação
Caixa Econômica Federal	153.989	153.988	99,999%
Banco do Brasil	419.633	383.254	91,331%
	573.622	537.242	

A composição dos fundos restritos, na data, é a seguinte:

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operação compromissada - NTN-B	07/14	23.259
LTN ^(a)	01/15 a 01/16	54.700
LFT	09/14 a 03/20	76.026
DI - ajuste ^(b)		4
Subtotal		153.989
Banco do Brasil		
Operações compromissadas - LFT	07/14	283.846
LFT	09/14 a 03/20	135.787
Subtotal		419.633
Total da carteira - fundos restritos		573.622

^(a) Das aplicações em LTN, o montante de R\$ 18.977 está avaliado pelo valor contábil e refere-se aos títulos que a instituição formalizou declaração de intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento, em 01/01/15.

^(b) As operações de derivativos, com contrato Futuro de DI, são utilizadas para adequar a carteira do fundo à política de investimento do mesmo até o limite das posições detidas à vista, ou seja, não podem ser utilizadas para alavancar o patrimônio líquido (PL) do fundo. Essas operações são realizadas pelo gestor do Fundo, objetivando uma melhor rentabilidade e agilidade nas operações, utilizando os recursos dos contratos de DI para montar e desmontar posições prefixadas quando projeta queda na curva de juros.

⁽³⁾ As cotas dos fundos restritos, vinculadas à prestação de garantias, destinavam-se à garantia de operações de repasse realizadas junto à Caixa Econômica Federal - CEF-PNMPPO, quitadas antecipadamente em 2014.

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição por setor de atividade econômica

	Jun/2014	Jun/2013
Setor privado	120.838	43.659
Indústria	35.021	7.542
Comércio	38.865	20.940
Outros serviços	41.159	4.173
Pessoas físicas	5.793	11.004
Setor público	606.942	635.463
Administração direta municipal	606.942	635.463
Total da carteira	727.780	679.122

b. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

Descrição	Jun/2014	% da carteira	Jun/2013	% da carteira
Principal devedor	60.357	8,29%	59.114	8,70%
10 Maiores devedores	145.289	19,96%	166.235	24,48%
50 Maiores devedores	205.875	28,29%	219.527	32,33%
Demais devedores	316.259	43,46%	234.246	34,49%
Total da carteira	727.780	100,00%	679.122	100,00%

c. Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Níveis de risco	Operações em curso normal								Total da carteira
	AA	A	B	C	D	E	F	G	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

Classificação de risco	Total das operações	% particip.	Jun/2014		Jun/2013	
			Provisão resolução BACEN		Provisão resolução BACEN	
			%	Valor		
AA	60.286	8,28	-	-	-	-
A	536.454	73,71	0,5	2.682	2.543	814
B	120.459	16,55	1,0	1.205		
C	6.511	0,90	3,0	195		65
D	1.177	0,16	10,0	118		80
E	660	0,09	30,0	198		157
F	432	0,06	50,0	216		190
G	324	0,05	70,0	227		254
H	1.477	0,20	100,0	1.477		1.199
Total	727.780	100		6.318		5.302

	Jun/2014	Jun/2013
No início do semestre	5.891	4.826
Provisão constituída	2.714	2.368
Reversão de provisão	(1.488)	(1.344)
Efeito no resultado	1.226	1.024
Créditos baixados para prejuízo	(799)	(548)
No fim do semestre	6.318	5.302

f. Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Fomento Paraná, aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais de hipoteca, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de direitos e títulos de crédito, fiança bancária, fundo de aval e garantias emitidas por outras instituições, como sociedades de garantia de crédito. Nas operações de crédito concedidas às prefeituras são aceitas quotas parte do ICMS e/ou FPM.

Discriminação	Jun/2014	Jun/2013
Renegociação	268	598
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	326	171

O saldo acumulado das operações de crédito baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação é de R\$ 6.542 em 30 de junho de 2014 (R\$ 5.509 em jun/2013).

	Jun/2014	Jun/2013
Adiantamentos concedidos	501	485
Devedores por depósitos em garantia ⁽¹⁾	6.356	5.980
Imposto de renda a compensar ⁽²⁾	-	4.130
Devedores diversos país	-	3
Total	6.857	10.598
<i>Circulante</i>	<i>519</i>	<i>4.644</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>6.338</i>	<i>5.954</i>

⁽¹⁾ Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que R\$ 6.338 (R\$ 5.954 em jun/2013) refere-se ao depósito na ação declaratória de imunidade tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paracacidade, autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, originária dos autos de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba, relativos aos anos de 2002 a 2008. Do total depositado judicialmente, R\$ 5.807 foram retidos do Paracacidade e considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, a Fomento Paraná vem retendo, mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

⁽²⁾ O saldo em junho de 2013 refere-se a imposto de renda retido de aplicações financeiras no exercício de 2012, na forma da Instrução Normativa nº 1.236/12, da Secretaria da Receita Federal, bem como pelo saldo do IRPJ a compensar decorrente do Balanço de Suspensão Estimativa do exercício de 2012. Esses valores foram compensados integralmente até dezembro de 2013, com os tributos federais: PIS, COFINS, CSLL e IRPJ estimativa. Não se aplica a retenção de imposto de renda sobre rendimento de aplicações financeiras desde 1º de janeiro de 2013, conforme disposto na Instrução Normativa nº 1.303/12.

a. Imobilizado de uso				
	(*)		Jun/2014	Jun/2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis de uso em estoque	0%	-	-	163
Instalações, móveis e equipamentos	10%	1.230	(542)	688
Sistema de comunicação	10%	54	(13)	41
Processamento de dados	20%	588	(336)	252
Sistema de transporte	20%	58	(57)	1
Benefitárias em bens de terceiros	20% a 50%	233	(104)	129
Total		2.163	(1.052)	1.111

(*) Taxa anual de depreciação e amortização.

	Instalações, móveis e equipamentos ⁽¹⁾	Processamento de dados	Outros ⁽²⁾	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	641	292	190	1.123
Adições	100	3	28	131
Baixas	(3)	-	-	(3)
Depreciações	(50)	(43)	(47)	(140)
Saldo em 30 de junho de 2014	688	252	171	1.111
Saldo em 01 de janeiro de 2013	474	281	108	863
Adições	245	94	131	470
Depreciações	(40)	(39)	(19)	(98)
Saldo em 30 de junho de 2013	679	336	220	1.235

⁽¹⁾ Em junho de 2013, contempla o saldo de móveis de uso em estoque.

⁽²⁾ Contempla: sistema de comunicação, sistema de transporte e benefitárias em bens de terceiros.

Instituições oficiais do país	Taxa de atualização	Vencimento	Jun/2014	Jun/2013
BNDES consórcio BRDE		TJLP + 0,9% a.a.	15/09/16	106
BNDES automático ⁽¹⁾	TJLP + 2,8% a 5,4% a.a. ou Selic Acum. + 1,8% a 3,0% a.a.	15/03/23	5.292	3.085
BNDES microcrédito ⁽²⁾		TJLP + 0,9% a 1,5% a.a.	15/10/18	24.056
BNDES programa PSI ⁽³⁾		0,5% a 5,0% a.a.	15/10/23	7.393
FINAME PSI ⁽⁴⁾		0% a 3,5% a.a.	15/01/24	6.166
CAIXA microcrédito ⁽⁵⁾		9,38% a.a.	31/01/16	-
Total			43.013	24.425
<i>Circulante</i>			<i>3.477</i>	<i>2.031</i>
<i>Longo prazo</i>			<i>39.536</i>	<i>22.394</i>

⁽¹⁾ Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a operações com mutuários específicos, para financiar projeto de implantação e/ou modernização de plantas industriais e apoio financeiro para capital de giro.

⁽²⁾ Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a operações junto a microempreendedores conforme “Programa BNDES de microcrédito - Resolução nº 2.074/11”.

⁽³⁾ Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a operações com mutuários específicos, para financiar projetos de aquisição de máquinas e equipamentos novos com capital de giro associado.

⁽⁴⁾ Repasse de recursos obtidos pela Fomento Paraná junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a operações com mutuários específicos, para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos.

⁽⁵⁾ A Fomento Paraná liquidou antecipadamente os contratos de repasse do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPPO captados junto a Caixa Econômica Federal. A obrigação contratada em 25/10/2011, no valor de R\$ 3.000, foi liquidada em 26/02/2014 pelo montante do saldo devedor de R\$ 1.382, e a obrigação contratada em 31/01/2012, no valor de R\$ 3.500, foi liquidada em 09/06/2014 pelo montante do saldo devedor de R\$ 1.612.

	Jun/2014	Jun/2013
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	35	9
IOf a recolher	35	9
Sociais e estatutárias	14.821	30.005
Juros sobre o capital próprio (Nota 13c)	14.821	30.005
Fiscais e previdenciárias	13.499	10.429
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	906	1.058
Impostos e contribuições a recolher	1.289	945
Provisão para risco fiscal (Nota 2 e 11g)	11.304	8.426
Diversas	16.544	11.976
Provisão para pagamento de despesas de pessoal e outras	3.321	1.553
Provisão para passivos contingentes (Nota 2 e 11c)	5.298	3.328
Credores diversos no país ⁽¹⁾	7.925	7.095
Total	44.899	52.419
<i>Circulante</i>	<i>22.838</i>	<i>36.303</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>22.061</i>	<i>16.116</i>

⁽¹⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paracacidade, valor este registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia” conforme nota 7. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica “Credores diversos no país” e soma R\$ 6.082 (R\$ 5.123 em jun/2013).

	Jun/2014	Jun/2013
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	35	9
IOf a recolher	35	9
Sociais e estatutárias	14.821	30.005
Juros sobre o capital próprio (Nota 13c)	14.821	30.005
Fiscais e previdenciárias	13.499	10.429
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	906	1.058
Impostos e contribuições a recolher	1.289	945
Provisão para risco fiscal (Nota 2 e 11g)	11.304	8.426
Diversas	16.544	11.976
Provisão para pagamento de despesas de pessoal e outras	3.321	1.553
Provisão para passivos contingentes (Nota 2 e 11c)	5.298	3.328
Credores diversos no país ⁽¹⁾	7.925	7.095
Total	44.899	52.419
<i>Circulante</i>	<i>22.838</i>	<i>36.303</i>
<i>Longo prazo</i>	<i>22.061</i>	<i>16.116</i>

⁽¹⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paracacidade, valor este registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia” conforme nota 7. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica “Credores diversos no país” e soma R\$ 6.082 (R\$ 5.123 em jun/2013).

	Jun/2014	Jun/2013
Terceirizado	19	369
Ex-funcionário concursado	431	48
Ex-diretores	204	183
Total	654	600

b. Ações cíveis

As provisões para ações cíveis são originárias de 16 processos, sendo eles:

• Ação de cobrança movida pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE que versa sobre notas fiscais pendentes de pagamento referentes aos exercícios de 2002 a 2003, a qual foi devidamente contestada pela Fomento Paraná contendo alegação que o serviço não foi prestado em sua integralidade, bem como ocorreu um desvirtuamento do convênio nº 01/2000, firmado entre as partes. Houve prolação de sentença em 16/11/09, cuja publicação ocorreu no Diário de Justiça do dia 19/01/10. Foi interposto o pertinente Recurso de Apelação contra a decisão aduzindo, além da matéria de mérito, nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa, em razão de ter sido realizado julgamento antecipado da lide sem a produção de prova pericial, expressamente requerida, não tendo sido proferido despacho saneador nos autos deferindo ou não tal requerimento. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná deu provimento ao recurso, com a anulação da sentença prolatada e determinando o retorno dos autos à primeira instância para a produção das provas requeridas. Com o retorno dos autos, aguarda-se o seu regular andamento processual, com a produção de provas e realização de audiência de instrução, que ainda não ocorreram;

• Quatorze processos movidos por mutuários, visando à reparação de supostos danos morais e materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito e por alegações de descumprimento contratual; e

• Ação de cobrança de honorários advocatícios, aforada por Cavalcanti de Albuquerque Advogados Associados S/C, autos nº 1897/2009, em trâmite perante a 14ª Vara Cível desta capital. O Juízo daquela vara julgou-se incompetente, remetendo os autos à 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (autos nº 18098/2010), onde se encontra em fase de instrução processual.

O laudo pericial foi desfavorável à Fomento Paraná, considerando, para fins de cálculo de honorários advocatícios, todas as renegociações efetivadas durante a duração do contrato, e não apenas o efetivamente recebido. Em audiência realizada em 29/08/2013, foram colhidos o depoimento pessoal do autor e de testemunhas e realizada juntada de novos documentos. O processo encontra-se concluso para prolação de sentença.

	Jun/2014	Jun/2013
Ação de cobrança - ABDE	1.759	1.567
Diversos - danos morais e materiais	570	496
Cobrança de honorários advocatícios	2.315	665
Total	4.644	2.728

	Jun/2014	Jun/2013
No início do semestre		
Movimentação com efeito no resultado	304	4.340
Atualização/encargos	365	307
Constituição	36	315
Baixa por reversão	340	-
Baixa por pagamento	(11)	(8)
No final do semestre	(15)	(3)
	654	5.298
	4.644	2.728

d. Fisco Municipal – Autuação ISS

Autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010 pelo Município de Curitiba, referente à cobrança de ISS sobre receita de prestação de serviços de gestão e cobrança de ativos de titularidade do Estado do Paraná, referente aos exercícios de 2005 e 2006. Para esta autuação foi interposto recurso administrativo em agosto de 2012, solicitando a aplicabilidade da equidade com dispensa de juros e multas, conforme o acordo realizado no pagamento efetuado em março de 2012 dos autos de infração de 2006 que tratam do mesmo objeto desta autuação. Em fevereiro de 2013 foi expedida decisão favorável às solicitações da Fomento, resultando no pagamento apenas do principal e atualização monetária, conforme evidenciado no item ‘g’.

Em 2006 e 2010, a Fomento Paraná foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2001 a 2008, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e Paracacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paracacidade (autos nº 321/2007 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação esta que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. Afora isso o processo encontra-se aguardando julgamento, sem data prevista. Eventual procedência da demanda implicará no cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS.

Em 06/03/13, foi proferida decisão interlocutória nos autos em epígrafe determinando o depósito dos valores relativos aos autos de infração nº 201.174 e 201.197 (anos 2005 e 2006), no montante de R\$ 1.062, bem como declarou a suspensão de exigibilidade dos autos nº 201.203, 201.204, 201.205, 201.207, com fulcro no art. 151, inciso II do Código Tributário Nacional, por não ter vislumbrado prejuízo ao Município de Curitiba/PR, em razão da existência de depósito judicial, referente aos anos de 2007 e 2008.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica “Devedores por depósitos em garantia”, conforme demonstrado na nota 7 e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do Paracacidade. Considerando que a prestação de serviço é contínua e que a ação ainda está em andamento, desde 2007 a Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente. Em razão dos autos de infração nº 201.174 e 201.197 a instituição mantém constituída a provisão (R\$ 648), uma vez que não foi efetuada a retenção do depósito judicial do prestador de serviço, conforme demonstrado no item ‘g’.

e. Fisco Federal - Auto de infração PIS e COFINS

A Fomento Paraná adota o regime cumulativo para apuração do PIS e COFINS (alíquota de 0,65% e 4,00%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa SRF nº 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas agências de fomento no país em razão da adoção do regime cumulativo, gerando a possibilidade de enquadramento das agências de fomento no regime de apuração não-cumulativo destas contribuições, nos termos das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas Instituições, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS).

Em data de 22/05/13 a Fomento Paraná recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 09.0.01.00-2013-00033-9, solicitando esclarecimentos sobre a utilização do regime cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/ PASEP e COFINS utilizado por esta instituição, no período de julho de 2008 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o regime utilizado deveria ser o não-cumulativo, tendo em vista que as agências de fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do art. 3º, parágrafos 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto à forma de recolhimento utilizada pela Fomento Paraná e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 9ª Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando autos de infração, em data de 30/07/2013. Muito embora, a diferença entre a utilização do regime cumulativo e o não-cumulativo suscitasse o valor de R\$ 4.734 – já computados a multa e os juros – observado que, pelo regime não-cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a “alíquota zero” prevista no Decreto nº 5.442/05, o referido auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 41.830, contrariando o direito previsto pelo art. 1º do referido decreto a que a instituição faz jus.

A Fomento Paraná, por meio de seu departamento jurídico, apresentou impugnação aos referidos autos de infração, na esfera administrativa, no qual obteve-se em sessão em 8 de outubro de 2013 êxito parcial, com a redução do auto de infração para o valor provisionado de R\$ 4.734, que atualizado até 30 de junho de 2014 soma R\$ 4.967. A decisão proferida foi submetida de ofício à análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por força do art. 34 do Decreto nº 70.235/72, e alterações posteriores, que prevê a exigência de recurso necessário. A Fomento Paraná em 30 de setembro de 2013 licitou a contratação de escritório de advocacia de renome nacional, por meio do Processo Licitatório de Inexigibilidade nº 03/2013, visando à elaboração de recurso na esfera administrativa, e também na judicial, caso não haja reversão total do valor de autuação.

Intimada em 14/02/14 do acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, a Fomento Paraná, por meio de seus advogados, interpôs recurso voluntário contra o acórdão, na parte em que foi mantida a exigência parcial dos débitos. Em seguida, o processo foi remetido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para apreciação dos recursos voluntário e de ofício. A Fomento Paraná, por meio de seus advogados, apresentou também petição contendo suas contrarrazões ao recurso de ofício. No momento, aguarda-se o julgamento de ambos os recursos.

f. Provisão tributária

A provisão tributária corresponde aos impostos federais e municipais: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, no montante de R\$ 5.689, constituída sobre os valores repassados à Fomento Paraná pelo acionista majoritário “Estado do Paraná” nos exercícios de 2008 a 2011, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, decorrentes da gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da gestão da carteira de crédito dos “Ativos do Estado”, oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. O registro da forma adotada pela Fomento Paraná tem fundamento nos seguintes instrumentos jurídicos: contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado”, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná e o Decreto Estadual 692/07, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE como AFAC. Corroborada pelo Parecer Jurídico tributário TSC - 1470/2013, emitido por consultoria tributária externa, a Administração constituiu a respectiva provisão, por entender se tratar de perda provável.

	Jun/2014	Jun/2013		
Fisco municipal	Fisco federal	Provisão tributária	Total	Total
No início do semestre	1.135	4.854	5.548	11.537
Movimentação com efeito no resultado	(487)	113	141	(233)
Atualização/encargos	45	113	218	376
Baixa por reversão ⁽¹⁾	(532)	-	(77)	(609)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	-	-	-	-
No final do semestre	648	4.967	5.689	11.304
				8.426

⁽¹⁾ Em junho de 2014 a instituição passou a reter mensalmente do Paracacidade o valor do depósito judicial referente aos autos de infração nº 201.174 e 201.197. Desta forma vem revertendo os referidos valores da provisão, e neste semestre a reversão soma R\$ 532.

Em junho de 2013, refere-se a: a) em março de 2013, houve decisão judicial na ação declaratória de imunidade tributária 321/2007, que trata do auto de infração 161.747/2010, determinando o depósito judicial dos valores relativos aos autos de infração: 201.174 e 201.197 relativo aos exercícios 2005 e 2006, que trata da não retenção de ISS incidente sobre as faturas do Paracacidade no período supracitado, resultando desta forma na reversão de R\$ 1.187 referente à exclusão de multa e juros da provisão para os respectivos autos; b) decisão administrativa expedida em fevereiro de 2013 pelo Município de Curitiba, referente aos autos de infração 201.196 e 201.201, que tratam da autuação fiscal lavrada em dezembro de 2010, relativa à cobrança de ISS retido sobre faturas de reembolso de salários pagos pela Fomento Paraná aos funcionários cedidos pelo Paracacidade, resultando no cancelamento dos referidos autos com reversão de provisão no montante de R\$ 183

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a.Capital social			
O capital social autorizado é de R\$ 2.000.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.026.572 (R\$ 1.161.742 em jun/2013), representado por 1.026.572 (1.161.742 em jun/2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Deste total, R\$ 14.830 refere-se ao aumento de capital realizado no 1º semestre de 2014 e encontra-se pendente de homologação no BACEN, conforme mencionado no item b.			
b. Aumento de capital			
Conforme ata da 61ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o capital social da instituição no montante de R\$ 14.830, através da utilização dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas, conforme a seguir:			
	Estado do Paraná	Celepar	Total
Juros sobre o capital próprio - 2013	-	10	10
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2014	14.818	2	14.820
Valor total	14.818	12	14.830
Nº ações	14.818	12	14.830

c. Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido

Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária.

Em 18 de março de 2014, na 100ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, e em 25 de junho de 2014, na 103ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi aprovado nos termos do Estatuto Social da Fomento Paraná, o crédito dos juros sobre o capital próprio relativo, respectivamente, ao 1º e 2º trimestre de 2014.

Os juros sobre o capital próprio foram calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, totalizando no semestre o montante bruto de R\$ 29.642 (R\$ 30.006 em jun/2013).

Os juros sobre o capital próprio - JCP são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em conformidade ao estabelecido no art. 52 do Estatuto Social da Fomento Paraná, o resultado apurado no semestre foi destinado da seguinte forma:

	Jun/2014	Jun/2013
Lucro líquido do semestre	35.421	38.083
Reserva legal (5% do lucro líquido)	1.771	1.904
Lucro líquido ajustado	33.650	36.179
Juros sobre o capital próprio - limite estatutário (25% do lucro líquido)	5.601	5.761
Juros sobre o capital próprio - adicional ao mínimo obrigatório	24.041	24.245
Constituição de reserva estatutária	4.008	6.173

14 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e dos “Ativos do Estado” sob gestão da Fomento Paraná, esta é remunerada conforme a Lei Estadual nº 17.732/13 e o contrato de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado”, celebrado entre o acionista Estado do Paraná e a Fomento Paraná, e a Lei Estadual nº 5.515/67, que regulamenta o repasse de recursos pela gestão do FDE, conforme evidenciado na nota 21, itens “b” e “c”. A remuneração a título de taxa de administração representa R\$ 3.172 (R\$ 2.245 em jun/2013).

15 DESPESAS DE PESSOAL		
	Jun/2014	Jun/2013
Proventos	(6.809)	(4.892)
Encargos sociais	(2.042)	(1.513)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.112)	(983)
Benefícios	(1.116)	(776)
Remuneração estagiários	(305)	(416)
Treinamento	(28)	(22)
Total	(11.412)	(8.602)

16 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Jun/2014	Jun/2013
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(5.702)	(4.529)
Publicações, propaganda e publicidade ⁽²⁾	(2.738)	(2.775)
Processamento de dados	(908)	(795)
Relações públicas	(698)	(254)
Serviços técnicos especializados	(305)	(389)
Viagens	(219)	(204)
Aluguéis	(159)	(139)
Depreciações e amortizações	(144)	(107)
Serviços do sistema financeiro	(94)	(77)
Comunicações	(81)	(66)
Manutenção e conservação de bens	(61)	(54)
Materiais de expediente	(59)	(50)
Transporte	(32)	(44)
Seguros	(23)	(11)
Outras despesas administrativas	(314)	(261)
Total	(11.537)	(9.755)

⁽¹⁾ Do total registrado nesta conta, R\$ 5.231 (R\$ 4.209 em jun/2013) refere-se a despesas com o Paranacidade decorrentes do Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), remunerado à taxa de 8%, calculado sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito.

⁽²⁾ Nesta rubrica são registradas as despesas de publicidade legal, materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing, visando à divulgação da marca e dos produtos da Fomento Paraná, focando principalmente na ampliação do volume de negócios junto ao público-alvo.

17 DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
	Jun/2014	Jun/2013
COFINS	(2.688)	(2.533)
PIS	(437)	(412)
ISS	(159)	(112)
CIDE, PIS e COFINS importação	(15)	(35)
IPTU	(3)	(3)
IOF - operações de câmbio	(1)	-
IPVA	(1)	(1)
Total	(3.304)	(3.096)

18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Jun/2014	Jun/2013
Reversão de provisões	633	1.976
Recuperação de encargos e despesas	473	585
Outras	61	417
Total	1.167	2.978

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Jun/2014	Jun/2013
Provisões para contingências - trabalhistas	(376)	(206)
Provisões para riscos fiscais	(376)	(271)
Provisões para contingências - cíveis	(315)	(229)
Outras	(136)	(81)
Total	(1.203)	(787)

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (operações de créditos e títulos de valores mobiliários) e passivos (operações de repasses no país) se aproximam de seus correspondentes valores de realização.

Não é prática da Fomento Paraná operar com derivativos financeiros, porém os fundos restritos em que a instituição participa, administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e Banco do Brasil, podem, estrategicamente, efetuar operações com derivativos para fins de proteção quanto ao risco de variação das taxas de juros praticadas e para adequação da carteira à política de investimento desses fundos restritos.

21 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Na divulgação sobre partes relacionadas é observada a Resolução CMN/BACEN nº 3.750/09, que determina a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas pelas instituições financeiras.

De acordo com o pronunciamento, são partes relacionadas da Fomento Paraná, o Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação), o Serviço Social Autônomo Paranacidade, a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR e o Pessoal-Chave da Administração.

a. Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná.

Atividades de gestão mediante cobrança da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), sendo remuneradas por um percentual de 4% fixado na Lei Estadual nº 5.515/67, o qual incide sobre o total de recebimentos do período e são reconhecidos na Fomento Paraná como receita de prestação de serviços de gestão.

Atividades de gestão de bens, direitos e obrigações dos “Ativos do Estado” oriundos do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, sendo remunerada por um percentual de 10% fixado na Lei Estadual nº 17.732/13 e em contrato firmado

com o Estado do Paraná, o qual incide sobre o total de recebimentos da carteira de crédito dos ativos do período. O valor repassado à Fomento Paraná é reconhecido como receita de prestação de serviços de gestão.

O Estado do Paraná cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

b. Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP (em liquidação)

Instituição financeira pública estadual, sob controle financeiro do Governo do Estado do Paraná, e através de contrato de cessão não onerosa, concede para instalação da sede da Fomento Paraná, salas no prédio de sua propriedade, sendo ressarcidos apenas os gastos com condomínio. Existe ainda uma parceria com o Banco, que cede empregados de seu quadro próprio com ônus à Fomento Paraná.

c. Serviço Social Autônomo Paranacidade

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, criado pela Lei Estadual nº 11.498/96, revogada pela Lei Estadual nº 15.211/06. A Fomento Paraná, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.227/01, mantém firmado com o Paranacidade Ato Conjunto voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Fomento Paraná, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM), sendo remunerado à taxa de 8% calculada sobre cada liberação de recurso do contrato relativo à operação de crédito. Para operacionalização do programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP II (segunda edição do programa) foi firmado com o Paranacidade um Termo Cooperação Técnico Operacional, no qual não há previsão de remuneração pelas atividades de operacionalização.

O Paranacidade cede funcionários do seu quadro próprio, sendo esta cessão com ônus para a Fomento Paraná.

d. Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR

Acionista minoritário da Fomento Paraná, é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista majoritário é o Estado do Paraná. A transação entre as duas empresas decorre da prestação de serviços de informática e tecnologia da informação, através de contrato de prestação de serviços.

e. Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Fomento Paraná são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da instituição, representado pela Diretoria e Conselho de Administração.

As transações com essas partes relacionadas são demonstradas a seguir:

	Jun/2014			
Descrição	Ativo	Passivo	Despesas	Receitas
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	14.818	29.636	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	3	6	-
Remuneração do pessoal-chave da administração	-	273	1.292	-
Gestão de fundo e carteira de ativos ⁽¹⁾	3.256	-	-	3.172
Funcionários adidos - BADEP, Paranacidade e Estado do Paraná	-	110	1.071	-
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	118	751	-
Condomínio - BADEP	-	23	135	-
Comissão - Paranacidade	-	304	5.231	-
Ação judicial - ISS Paranacidade ⁽²⁾	5.807	6.082	-	-
	9.063	21.731	38.122	3.172

	Jun/2013			
Descrição	Ativo	Passivo	Despesas	Receitas
Juros sobre o capital próprio - Estado do Paraná	-	30.000	30.000	-
Juros sobre o capital próprio - CELEPAR	-	5	6	-
Remuneração do pessoal-chave da administração	-	171	1.131	13
Gestão de fundo e carteira de ativos ⁽¹⁾	925	-	-	2.245
Funcionários adidos - BADEP e Paranacidade	-	63	879	35
Tecnologia da informação - CELEPAR	-	119	748	-
Condomínio - BADEP	-	14	74	-
Comissão - Paranacidade	-	220	4.210	-
Ação judicial - ISS Paranacidade ⁽²⁾	4.892	5.123	-	-
	5.817	35.715	37.048	2.293

⁽¹⁾ O valor demonstrado em “Ativo” refere-se à taxa de administração e adiantamentos de valores para pagamento de despesas, ambos oriundos da gestão do FDE e da carteira de “Ativos do Estado”.

⁽²⁾ Conforme mencionado na nota 11, item d, a Fomento Paraná vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade, valor este registrado como direito na rubrica “Devedores por depósito em garantia”, conforme nota 7. O valor do ISS é retido mensalmente do prestador de serviço, sendo contabilizado como uma obrigação na rubrica “Credores diversos no país”, conforme descrito na nota 10. Quando houver decisão judicial da ação declaratória de imunidade tributária do Paranacidade, a Fomento Paraná fará o “encontro de contas”, com devolução do valor retido ao Paranacidade ou a destinação do depósito judicial à Prefeitura Municipal de Curitiba, para quitação dos autos de infração.

22 ACORDO DE BASILEIA

Os limites operacionais da Fomento Paraná foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e capital principal, respectivamente.

Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	Jun/2014	Jun/2013
Patrimônio de referência		
Nível I	1.206.301	1.336.115
Capital principal	1.206.301	1.336.115
Capital complementar	-	-
Ativo permanente diferido	-	-
Nível II	(1.044.025)	(1.132.025)
Destaque para operações com o setor público	(1.044.025)	(1.132.025)
Total	162.276	204.090
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados		
Risco de crédito	135.707	59.235
Risco de mercado	-	-
Risco operacional	184.841	181.603
Ativos ponderados pelo risco - RWA ⁽¹⁾	320.548	240.838
Patrimônio de referência mínimo requerido	35.260	26.492
Margem em relação ao patrimônio mínimo requerido	127.016	177.598
Índice capital / ativos ponderados pelo risco - %	50,62%	84,74%

⁽¹⁾ Para efeito de comparabilidade com o período anterior, a “Alocação de capital mínimo exigido” foi ajustada, pois a instituição passou a apresentar as parcelas correspondentes do “Ativo ponderado pelo risco - RWA”.

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Fomento Paraná adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A Fomento Paraná avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação de risco da carteira de operações de crédito através de avaliação da perda (esperada e efetiva), simulação de condições extremas, índices de inadimplência por exposição e concentração de carteira.

As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA_cpnd, calculado conforme regulamentação do Banco Central.

b. Risco operacional

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da instituição também fazem parte da definição de risco operacional.

Os processos de identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais são contínuos e estão de acordo com os dispositivos legais.

Considerando suas características, a Fomento Paraná utiliza a abordagem do indicador básico, definido pelo Banco Central, para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA_opnd).

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercados das posições detidas pela instituição.

De acordo com as especificidades da Fomento Paraná, é adotado o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco com horizonte de 10 dias e nível de confiança de 99% em todas as operações sensíveis às variações nas taxas de juros. São feitas simulações de cenários extremos e ocorrências de oscilações adversas para verificar o grau de impacto na instituição em situações de crise. A metodologia de simulação adotada é o V@R (*value at risk*), cujo valor calculado na data-base de Jun/2014 é de R\$ 40.

d. Risco de liquidez

É a probabilidade da instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros, correntes e futuros, ou somente fazê-los com elevadas perdas, devido a uma das seguintes situações:

(a) Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a probabilidade de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição;

(b) Risco de liquidez de mercado: refere-se à probabilidade de perdas de valor dos ativos que garantam a sua liquidez.

A Fomento Paraná mantém estoque de ativos de alta liquidez em valor definido nos seus normativos internos, compostos de Títulos Públicos Federais compromissados com vencimento em 1 (um) dia ou cotas de fundos lastreadas por estes títulos.

e. Gerenciamento de capital

Em junho de 2011, foi divulgada pelo Banco Central a Resolução CMN nº 3.988, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma, a Política e o Plano de Gerenciamento de Capital foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Maiores informações sobre a estrutura e gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.fomento.pr.gov.br.

24 EVENTO SUBSEQUENTE

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2014 foram decididos os seguintes assuntos: (i) Aumento do capital social, pelo acionista majoritário Estado do Paraná, no montante de R\$ 150.000 em moeda corrente, representado pela emissão de 150.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (ii) Aprovação e homologação da proposta de aumento do Capital Social da Fomento Paraná, com a utilização de juros sobre o capital próprio referente ao segundo trimestre de 2014, no valor de R\$ 14.820 com a emissão de 14.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dessa forma, o atual Capital Social de R\$ 1.026.572 passará para R\$ 1.191.392.



DIRETORIA

Juraci Barbosa Sobrinho
Diretor-Presidente

Heraldo Alves das Neves
Jurandir Rodrigues de Oliveira
Clemenceau Merheb Calixto

Samuel Ieger Suss
Alexandre Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Presidente

Paulo Henrique Carrano Santos
Vice-Presidente

Ruy Fonsatti Junior
Norberto Anacleto Ortigara
Marcello Alvarenga Panizzi
Cezar Augusto Carollo Silvestri
Juraci Barbosa Sobrinho

Rodrigo Rafael de Medeiros Martins
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Flávio Montenegro Balan
Darci Piana

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º Semestre de 2014

Atividades Desenvolvidas

Conforme disposto na Resolução nº 3.198/2004 do CMN, o **Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A** desenvolveu as seguintes atividades:

I. Revisou as Demonstrações Financeiras Trimestral e Semestral da Agência de Fomento do Paraná S/A;

II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras;

III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos;

IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna;

V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão;

VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição;

VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e BACEN.

Conclusões

As informações e observações obtidas no 1º Semestre de 2014 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, o que, de nenhum modo, afasta a necessidade de continuas revisões e implementações de melhorias.

Constatou-se que a Auditoria Independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à Auditoria Interna, constatamos sua progressiva efetividade, com demonstrações de evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e na qualidade de seus relatórios.

Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2014 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo BACEN.

Curitiba, 18 de agosto de 2014

Arwed Baldur Kirchgässner
Coordenador

Jefferson Rocha
Membro Qualificado

Francisco Xavier de Oliveira
Membro Efetivo

CONTADORA

Luciane Tessaro Perissatto
CRC PR-044315/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2014, baseando-se nos documentos examinados e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fomento Paraná, são da opinião de que as citadas peças, encontram-se em plenas condições de serem submetidas, apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 18 de agosto de 2014

Luiz Fabrício Betin Carneiro
Conselheiro

Nilson Monteiro Menezes
Conselheiro

Paulo César Nauiack
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Agência de Fomento do Paraná S.A. Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de agosto de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

www.fomento.pr.gov.br